

13 — É dispensada, nesta fase, a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 6.1 do presente aviso, devendo os candidatos declarar nos respectivos requerimentos em alíneas separadas e sob compromisso de honra a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos mencionados nas referidas alíneas.

14 — O disposto no número que antecede não impede que o júri exija aos candidatos em caso de dúvida sobre a respectiva situação a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei.

16 — Composição do júri:

Presidente — Maria Antónia Martins Nascimento, directora do Departamento de Planeamento e Administração.

Vogais efectivos:

Ana Cristina Rodrigues Palindra, chefe de divisão de Planeamento e Programação de Investimentos, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Carla Maria Leal Santos Martins, chefe de divisão Financeira e Patrimonial.

Vogais suplentes:

Sílvia Isabel Cavaco Ferro, técnica superior de 2.ª classe.

Ana Isabel Rosa Pereira, técnica superior de 2.ª classe.

17 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, os candidatos com grau de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60% têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

17.1 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

É dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo dessa mesma deficiência.

18 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e as de classificação final serão afixadas, para consulta, no edifício dos Paços do Município ou publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de conformidade com o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 de Junho de 2007. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel Santos Baracho*.

2611022527

CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

Aviso n.º 11 431/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 6 de Junho de 2007, foi nomeado definitivamente na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior de economia, o candidato Luís Filipe de Oliveira Moura Serra, aprovado no respectivo concurso, cuja lista de classificação foi publicitada por afixação no *placard* da Secção de Recursos Humanos, sita no Edifício Nova Trofa.

O candidato dispõe de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso para declarar a aceitação do lugar para que foi nomeado. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Bernardino Manuel de Vasconcelos*.

2611022905

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

Aviso n.º 11 432/2007

Exoneração

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público

que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, foi deferido, no dia 1 de Junho corrente e com efeitos a partir dessa data, o pedido de exoneração apresentado pela funcionária Mavilde da Conceição de Jesus Pia, assistente administrativa.

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Estêvão Manuel Machado Pereira*.

2611023057

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso (extracto) n.º 11 433/2007

Torna-se público que a presidente da Câmara, por despachos de 25 de Maio e 6 de Junho de 2007, procedeu à reclassificação profissional, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, do operário qualificado vulcanizador António Jorge de Almeida Loureiro, para condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, índice 155, com a remuneração de € 506,46.

Conforme o estipulado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a bolsa de emprego público da Direcção-Geral da Administração Pública sobre a existência de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo sido emitida a declaração de inexistência (pedido n.º 6237 de 31 de Maio de 2007). (Isento de visto, nos termos dos artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

12 de Junho de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611022540

Aviso (extracto) n.º 11 434/2007

Torna-se público que a presidente da Câmara, por despacho exarado em 6 de Junho de 2007, nomeou provisoriamente as candidatas Cidália Maria Galveias Gregório Camilo e Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos na categoria de auxiliar de serviços gerais, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

As nomeadas deverão tomar posse no prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

12 de Junho de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611022862

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 11 435/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 14 de Novembro de 2005 e ao abrigo do disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi determinada a cessação da comissão de serviço do director de departamento de Administração e Finanças, Orlandino José Gonçalves Rosa, do município de Vila Real de Santo António.

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Soro-menho Gomes*.

2611022654

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Aviso n.º 11 436/2007

Licença sem vencimento

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Maio de 2007, foi autorizada a renovação da licença sem vencimento por mais um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao funcionário Eugénio António Martins Neutel, técnico principal, com efeitos a partir do dia 21 de Julho de 2007.

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*.

2611023068